



REDE SUSTENTÁVEL DE RELACIONAMENTO NA CIDADE INTELIGENTE BÚZIOS

Bruno Silva Lopes, Fábio Antônio Muller Mariano
(CIEDS)

Resumo: Este artigo apresenta a experiência do CIEDS na gestão da Rede Sustentável de Relacionamento vinculada ao Programa Cidade Inteligente Búzios, capitaneado pela concessionária de energia AMPLA em parceria com instituições locais, institutos de pesquisa e universidades. O artigo demonstra a importância da Rede, enquanto Tecnologia Social para a articulação de atores locais visando a consolidação efetiva de um modelo de cidade inteligente, a partir do fortalecimento do capital social como fator fundamental para o desenvolvimento local. O projeto, a partir da interação e cooperação entre segmentos sociais e institucionais do território (empreendimentos locais; grupos de produção comunitários; ONGs; associações comerciais; instituições públicas; Poder Público e empresas) em torno de um objetivo comum, configura-se como um canal de comunicação contínuo sobre os temas que envolvem o Programa Cidade Inteligente Búzios, considerando reflexões coletivas, ações autogestionadas e identificação de potenciais de complementariedade. Partindo do arcabouço conceitual de “cidade inteligente” é apresentado o traçado metodológico e programático da Rede e ainda os efeitos e resultados advindos dessa ação. A metodologia de pesquisa é empírica, aplicada e de caráter exploratório, utilizando método dialético para a análise de dados e abordagem qualitativa. Pretende-se contribuir para reflexão conceitual acerca do tema, agregando-se o elemento de que a interação dos indivíduos residentes no território é condição para a consolidação deste modelo de cidade.

Palavras-chaves: Cidade Inteligente, Capital Social, Redes, Sustentabilidade

Cidades Inteligentes e o Capital Social

O arcabouço teórico sobre os Programas de Cidades Inteligentes geralmente associa estes modelos apenas a novos padrões de desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação. Entretanto, para uma cidade ser, de fato, inteligente, somente o investimento em Tecnologia é suficiente?

O artigo ora apresentado vem ao encontro deste questionamento e tem como objetivo descrever o processo e a motivação para a implementação da Rede Sustentável de Relacionamento que se insere no Projeto Cidade Inteligente Búzios, capitaneado pela Concessionária de Energia AMPLA em parceria com parceiros locais, institutos de pesquisa, universidades e com o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS), instituição responsável pela gestão da Rede.

O eixo estruturante deste artigo está na hipótese de que a articulação de atores locais em Rede é condição para a consolidação efetiva de qualquer modelo de Cidade Inteligente que tenha como propósito o desenvolvimento local. E para que isto ocorra deve prevalecer o fortalecimento do capital social local, a partir da interação e cooperação de diferentes atores sociais em torno de um objetivo comum, incluindo reflexões críticas coletivas, ações autogestionadas, fomento à revisão de comportamentos e atitudes e identificação de potenciais de complementariedade, visando à construção de cidades inteligentes rumo à sustentabilidade e à prosperidade. O CIEDS considera este arranjo válido para qualquer território que almeje o status de Cidade Inteligente, e, assim é proposta uma ressignificação conceitual sobre este modelo.

Entende-se que o capital social é o processo e o instrumento de empoderamento do cidadão e que pode mudar as relações pessoais e intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e solidariedade. Assim a elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo seu impacto na democracia e no desenvolvimento socioeconômico (BAQUERO, 2001).

O capital social é o conjunto de interações das pessoas e das associações sociais e produtivas envolvendo ordenamento, redes sociais, liderança, cooperação, ação coletiva (converging interesses), civismo, reciprocidade de favores, e confiança que contribuem para que as pessoas atinjam objetivos e metas comuns.

“Os estoques de capital social, como confiança, normas e redes, exigem auto-reforço e são cumulativos. Colaboração bem sucedida de um esforço

constrói conexões e confiança sociais que facilitam a futura colaboração em outras tarefas não relacionadas. Tal como acontece com capital convencional, aqueles que têm capital social tendem a acumular mais – eles como têm, recebem. O capital social é o que o filósofo social Albert O. Hirschman chama de “recursos morais”, isto é, um recurso cuja oferta aumenta e não diminui através da utilização e que (ao contrário de capital físico) se esgota se não for utilizado.” (PUTNAM, 1993, p. 3).

Tendo em vista que a definição de Cidade Inteligente ainda não encontra consenso na literatura, diversificados são os conceitos dados e as características que os estudiosos entendem como necessários para uma cidade ser considerada como “Smart”. A *World Foundation for Smart Communities* define que as Cidades Inteligentes devem estar baseadas em um crescimento inteligente e planejado, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação. “Uma Comunidade Inteligente é uma comunidade que faz um esforço consciente para usar a tecnologia da Informação para transformar a vida e o trabalho dentro de seu território de uma forma significativa e fundamental, em vez de seguir uma forma incremental” (2001)¹.

Já Caragliu et al (2011), considerando a questão social como preponderante aponta que uma Cidade Inteligente é o investimento em capital humano-social e incentiva a utilização de tecnologias avançadas de Tecnologias de Informação e Comunicação como viabilizador para um crescimento econômico sustentável e uma melhora na qualidade de vida, uma boa gestão de recursos naturais e energéticos, com participação atuante do governo e estado. Esta linha de argumentação se aproxima do que Ampla e CIEDS esperam da experiência buziana.

Na mesma linha, conforme pontua Carlos Strapazon (2009), o projeto europeu de *smart cities*² apresenta os seguintes quesitos nos quais a Cidade Inteligente precisa ter bom desempenho:

a) economia: inteligência econômica significa gerar capacidade de inovação, empreendedorismo, flexibilidade nas relações de trabalho, influenciar positivamente nas taxas de desemprego e aprimorar o sistema de transporte público;

b) sociedade: habitantes inteligentes significa uma população local com cultura cosmopolita, o que, entre outros, exige domínio de língua estrangeira, participação dos assuntos públicos, educação formal adequada, afinidade com a educação continuada, boa cultura geral, bom índice de

¹ California Institute for Smart Communities, 2001, “Ten Steps to Becoming a Smart Community”, disponível em: http://www.smartcommunities.org/library_10steps.htm

² Ver <http://www.smart-cities.eu>

livros lidos por habitante, tolerância étnica, atuação em atividades voluntárias, participação nas eleições;

c) governo: governo inteligente significa um sistema de gestão pública participativo, gerador de serviços públicos e sociais, transparente e dotado de perspectivas estratégicas;

d) mobilidade: a cidade deve ter um inteligente sistema logístico e de transporte de pessoas, ter meios eficientes de acessibilidade local e internacional, ter um sistema de transporte sustentável – não agressivo ao meio ambiente – e ter amplo acesso à internet;

e) meio ambiente: a gestão inteligente dos recursos naturais significa que a cidade deve ter boa gestão dos espaços verdes, ter programas de reciclagem e proteção ambiental, ter programa sustentável de gestão da água, da energia, do lixo e da poluição, e fazer bom uso de seus espaços naturais, de modo a torná-los atrativos;

f) qualidade de vida: a cidade inteligente deve ter facilidades culturais, boa educação formal, bom sistema de saúde e segurança individual, as características das moradias devem ser sustentáveis e agradáveis, deve ter opções para atrações turísticas, e ter um bom nível de coesão social, isto é, com programa de percepção do risco social, decorrentes dos altos níveis de pobreza.

Strapazzon (2009) aponta ainda que “acrescentar inteligência em cada subsistema de uma cidade – transporte, energia, educação, saúde, edificações, infraestrutura física, comida, água, segurança pública – tudo isso é importante, mas não é suficiente para gerar cidades inteligentes”. Já Komninos (2006, p. 1) define as cidades inteligentes como territórios “com elevada capacidade de aprendizagem e inovação, construída pela criatividade da sua população, pelas suas instituições de criação de conhecimento e pela infraestrutura digital de comunicação e de gestão do conhecimento”.

Alinhado a esta perspectiva foi conduzido pela Ampla um conceito base que norteia a implementação do projeto e avança na incorporação de aspectos para além do campo tecnológico, qual seja:

“A Cidade Inteligente é fruto da participação de cidadãos que se orgulham de ser protagonistas de um processo de integração tecnológica em prol do desenvolvimento sustentável. Ela se reinventa a partir de uma nova

consciência social, ambiental e econômica. É uma cidade que promove o bem-estar e é feliz.”³

Consideradas estas condicionalidades, a conceituação de cidade inteligente proposta pelo CIEDS preconiza a busca por um desenvolvimento local que alie qualidade de vida, participação popular, controle social, gestão pública transparente e proteção ao meio ambiente, de forma complementar aos necessários investimentos em inovação tecnológica. Portanto, o estímulo à criação de cidades inteligentes deve ter o fortalecimento das instituições e redes locais enquanto pilares de sua sustentabilidade.

A experiência da Rede Sustentável de Relacionamento visa propiciar a consolidação das estratégias de articulação local para que Búzios seja, de fato, uma cidade inteligente, a partir da interação e cooperação entre segmentos sociais e institucionais do território (empreendimentos locais; grupos de produção comunitários; ONGs; associações comerciais; instituições públicas; Poder Público e empresas). Ela se configura como um canal de comunicação contínuo sobre os temas que envolvem o Programa Cidade Inteligente Búzios.

De forma integrada, cria-se um espaço amplo e democrático de debate e construção dos conceitos de sustentabilidade e inovação que envolvem o Programa, potencializando a oportunidade de sua utilização nos diversos setores (educativo, turístico, empreendedor), e pelos indivíduos que compõe o território, pois somente a partir de uma ação conjunta, dialógica e sob a perspectiva de complementariedade é que se encontrarão soluções efetivas para a construção de uma cidade inteligente.

“(…) não é suficiente desenvolver infra-estruturas de transferência de conhecimento para encararmos um território como inteligente. A banda larga e os cabos de fibra óptica, entre outros, não são por si só, provas e significado de “inteligência”, esta é dependente, de faculdades que se prendem com a competência, o talento, o coeficiente de inteligência e a adaptação social dos indivíduos.” (FLORIDA, 1995; SASSEN, 2001; KOMNINOS, 2002; SERRANO et al, 2005).

A Rede Sustentável de Relacionamento

³ Seminário para Construção do Marco Conceitual da Cidade Inteligente, realizado no dia 09 de março de 2012, no prédio da Ampla em São Miguel, São Gonçalo.

Como todo programa de Cidades Inteligentes a experiência capitaneada pela Ampla em Búzios tem como alicerce os investimentos tecnológicos que congregam metas de instalação e integração de tecnologias de distribuição e medição inteligente de energia, inserção de veículos elétricos, instalação de fontes de geração de energia renovável, instalação elétrica inteligente em alguns prédios e residências. Todavia, conforme apontado anteriormente, estes investimentos se complementam aos aspectos sociais do programa, como ações socioambientais voltadas para o consumo consciente de energia e outros recursos, além da própria formação da rede de relacionamento, moderada pelo Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável - CIEDS.

As ações desempenhadas pela Ampla em Búzios fomentam a transformação da sociedade e contribuem para a melhoria da qualidade de vida, revelando os diversos atores da sociedade e sua interação, no sentido de despertar em cada um deles o senso de responsabilidade social pelos impactos causados por suas ações e opções pessoais.

Com a criação da Rede, espera-se que a médio prazo os atores locais, sensibilizem-se e responsabilizem-se coletivamente pela implementação e pelo sucesso do projeto de transformação da cidade. Tal engajamento social se faz urgente, pois não há mais espaço, nem tempo, para discussões sobre quem deve ser responsável pelo processo de transformação de nossa sociedade, refletido em um cenário de desigualdades, criminalidade, preconceito, miséria, fome, injustiça e degradação ambiental.

“É preciso inscrever na ordem do dia uma reforma profunda dos Estados protetores, sem para tanto desresponsabilizá-los e confiar unicamente nos mecanismos do mercado. A direção que deve ser tomada por essa reforma é clara: é preciso ajudar as sociedades a melhor se responsabilizarem por si mesmas, com a ajuda do Estado, buscando formas múltiplas de parceria na produção de serviços sociais, entre os usuários, a sociedade civil representada pelo mundo associativo e outros componentes da economia social (cooperativa, sociedades de socorros mútuos), poderes públicos em todos os níveis, do local ao nacional e, enfim, as empresas.” (Sachs, 1995 – p. 35) [grifo nosso]

O desafio aqui posto para a sociedade é o de propor/realizar/participar/questionar ações que sejam críticas e inovadoras e sustentáveis. Tal qual postula JACOBI (1997):

“O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binômio sustentabilidade e desenvolvimento, num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social. Diversas experiências bem-sucedidas, principalmente por parte de administrações municipais, mostram que, havendo vontade política, é possível viabilizar ações governamentais pautadas pela adoção dos princípios de sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social.”

Neste contexto, fica clara a necessidade de mudança do comportamento do homem em relação ao meio em que vive, no sentido de promover a cidadania e um modelo de desenvolvimento sustentável. Faz-se urgente estimular a participação da sociedade em processos sócio-educativos que contemplem temáticas diversificadas, de modo a proporcionar o desenvolvimento da autonomia, entendida como requisito básico para o exercício legítimo da cidadania. Assim, cada indivíduo estará apto a desenvolver sua consciência crítica acerca de sua identidade social, correlacionada com preocupações ambientais e com o reconhecimento de sua importância no processo de transformação da realidade à sua volta.

“Espera-se assim o fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretizado pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida” (JACOBI, 1997).

As Redes de relacionamento local podem, desta forma, configurarem-se como processos extremamente profícuos, espaços privilegiados para a reflexão crítica e para a compreensão das dinâmicas supra-locais, fomentando a construção de alternativas articuladas e pautadas na busca da sustentabilidade “ampliada e progressiva”.

Este novo pacto social para o desenvolvimento exige uma profunda reflexão das novas relações entre Estado, a sociedade civil e o setor privado, bem como a disposição dessas sociedades em eleger prioridades que poderão, por vezes, conflitar com o primado absoluto do mercado (DUPAS, 1998).

São características deste novo pacto: reconhecimento de interdependência; identificação de complementariedades; aceitação de diversidade e respeito às identidades; preservação da autonomia; construção da confiança; estruturação de padrões horizontais de organização; atuação de modos democráticos de regulação e foco na convergência.

Ou seja, pressupõe uma revisão completa dos papéis de cada ator social nos contextos políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos. Observa-se assim que o desafio proposto trata-se da construção de uma rede que componha os atores dos três setores numa perspectiva de complementariedade, soma de potenciais e de construção de um pensamento sistêmico, que privilegie o todo e não apenas partes.

As Redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ademais, representam uma oportunidade de solucionarmos coletivamente questões que sozinhos não poderíamos realizar, sem perder de vista que podem e devem envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais.

Como aponta Arruda (2005), ao fazer uma analogia com uma rede de pesca, na Rede de relacionamento cada entidade participante possui a mesma importância diante de um bem coletivo, consideração válida inclusive para a atuação da Ampla e do CIEDS na experiência buziana:

“Nenhum nó pode pensar os outros nós como competidores, adversários ou inimigos. Cada nó sabe que, fazendo parte da rede, está indissolúvelmente ligado a quatro nós ao seu redor, que por sua vez estão ligados cada um a quatro outros nós, numa progressão exponencial para formar a rede. Portanto, cada nó tem consciência de sua responsabilidade por si próprio, pela sua ligação com os quatro nós seus vizinhos, e pela integridade da rede inteira. Cada nó sabe que é único e que os outros nós também são únicos. É esta diversidade de nós que forma a unidade da rede.” (ARRUDA, 2005, p.1)

Método

Para a constituição da Rede Sustentável de Relacionamento em Búzios, a metodologia adotada teve como referências a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para

Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Carta das Responsabilidades Humanas, os referenciais teóricos e práticos acerca de Cidades Inteligentes e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Estes documentos orientam e estabelecem diretrizes e metas, apresentando as questões ambientais, econômicas e sociais como interdependentes e de responsabilidade de toda a humanidade.

Seguindo as orientações e diretrizes destes documentos o trabalho proposto em Búzios, com suas especificidades, constitui-se num processo dialético de reflexão-ação marcado pela participação ativa dos sujeitos envolvidos e pela valorização de diferentes saberes.

Neste sentido, a construção da Rede de Relacionamento tem como objetivo estratégico fomentar a sensibilização, a mobilização, a articulação, a instituição de parcerias e a cooperação técnica entre diferentes atores locais objetivando a participação, a troca de experiências, a gestão compartilhada de ideias, a identificação das questões prioritárias, a definição de projetos e de intervenções na localidade.

A partir da criação da Rede percebe-se um maior entendimento sobre o programa Cidade Inteligente por parte das entidades participantes e pela representatividade que possuem, este entendimento se esparrama pelos moradores em geral, que no início desconheciam ou não compreendiam o Programa em todas as suas dimensões. Portanto, até neste quesito a Rede demonstra sua importância no Programa Cidade Inteligente, por seu potencial comunicativo no repasse de informações fidedignas para o restante da sociedade.

Toda a metodologia de trabalho está fundamentalmente sustentada por três fatores, fortemente conectados entre si:

- ✓ Processo Participativo em todas as suas etapas: Como regra básica de um processo participativo, planeja quem faz. Uma comunidade jamais se integrará a um projeto se não for envolvida efetivamente nas distintas fases do processo.
- ✓ Processo com ações coordenadas e integradas: Integrar ações executadas por instituições privadas, públicas e não governamentais se faz necessário para dar uma maior credibilidade aos agentes executores do processo/programa e para de fato tornar as intervenções eficazes e contínuas.
- ✓ Processo gerador de novas oportunidades: O envolvimento dos participantes e a integração de esforços são capazes de provocar ações multiplicadoras voltadas para atividades concretas de geração de renda, melhoria da qualidade de vida, protagonismo juvenil,

promoção dos direitos humanos, ampliação da conscientização política, preservação do espaço urbano, dentre outros.

As etapas percorridas

Ao enxergar o mundo como um todo, integrado, interconectado e interdependente, a falsa dualidade Homem - Meio Ambiente desaparece. Mais do que espaço geográfico físico do território, a comunidade é uma forma de organização social. Pensar a comunidade envolve pensar os valores de uma sociedade. Envolve pensar desde os modelos globais de desenvolvimento até a apropriação local que a comunidade faz deste desenvolvimento no crescimento do seu bairro e da sua cidade. Implica, ainda, em conhecer e ampliar as dinâmicas das relações que os moradores estabelecem com seu ambiente.

É necessário saber como os sujeitos compreendem e compõem sua realidade. Para isso, é necessário estabelecer processos dialógicos. O diálogo visa ampliar a compreensão inicial e possibilitar a intervenção na realidade.

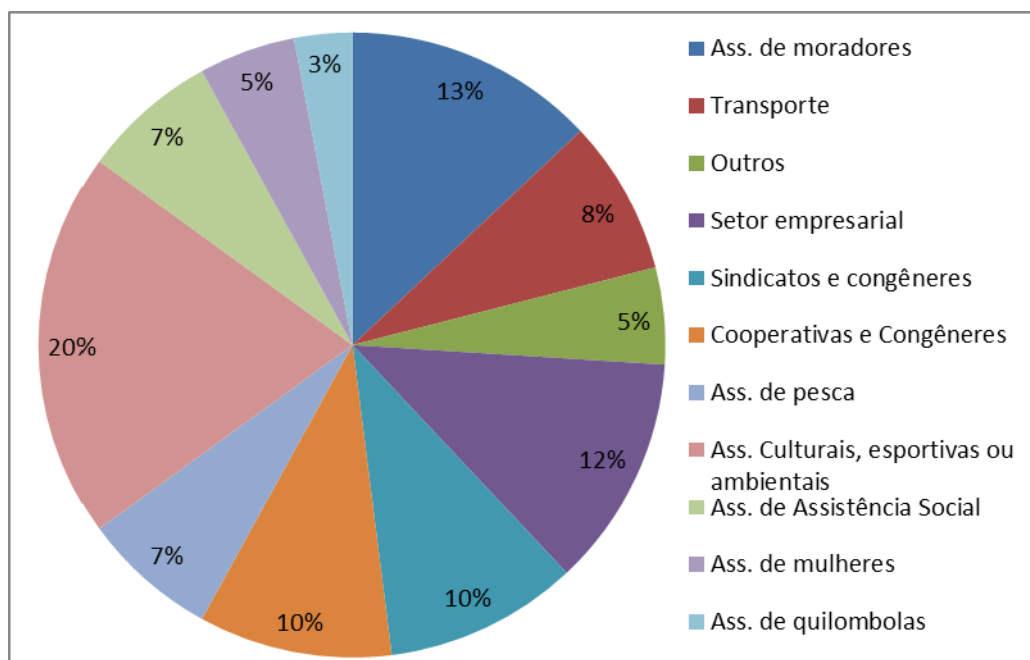
O primeiro passo neste sentido foi a identificação de organizações locais para composição da Rede, acompanhado de um mapeamento de lideranças locais e de instituições públicas e privadas da região;

Ao todo foram identificadas 134 entidades no município, sendo que 57 destas foram contatadas/entrevistadas entre 30 de janeiro e 22 de fevereiro. O primeiro filtro realizado tomou como base a formalização, perfil e representatividade das entidades. Após a fase de entrevistas, 40 entidades se mostraram dispostas a participar do projeto e passaram a compor o rol de entidades ativas da Rede, representando 18,4 mil pessoas (67% da população de Búzios).

A figura 1 apresenta a distribuição destas 40 entidades, considerando seu perfil de atuação.



Figura 1- Perfil das Entidades



As figuras 2 e 3 apresentam a distribuição das entidades, por setor e tempo de existência. Pode-se perceber a diversidade presente na Rede.

Figura 2 - Distribuição das Entidades por setor de atuação

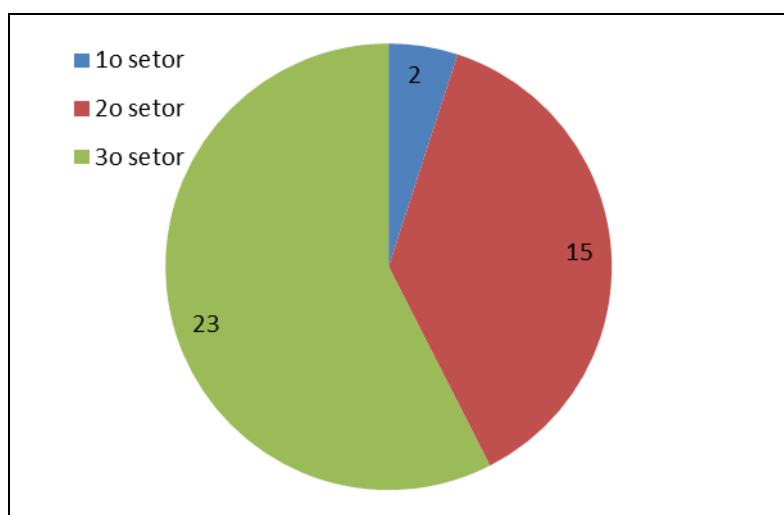
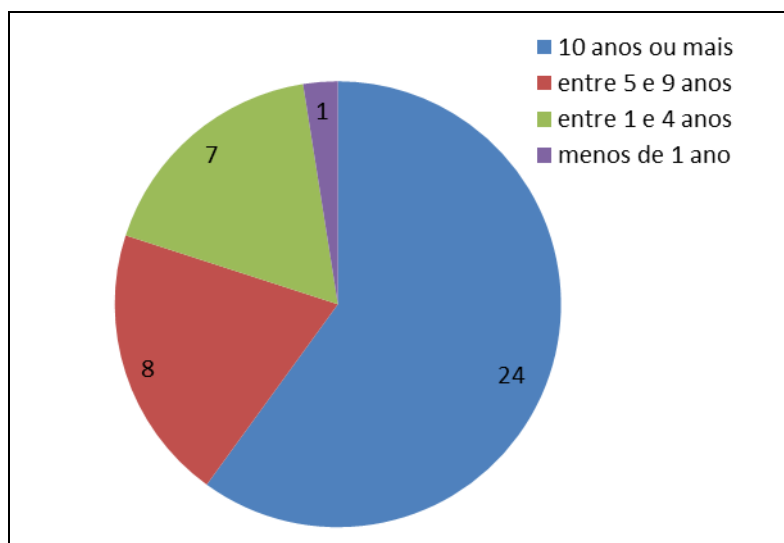


Figura 3 - Distribuição das Entidades por tempo de existência



Uma vez identificadas as entidades que comporiam a Rede, o passo seguinte foi identificar quais as reais questões coletivas a serem enfrentadas no município. Para tanto, no mês de maio, 18 jovens foram selecionados e capacitados para realizar um diagnóstico de percepções sobre a região, em que foram levantadas a opinião dos moradores sobre temas como meio ambiente, saúde, educação, qualidade de vida, lixo, participação comunitária, cidade inteligente, entre outros.

Nesta etapa contamos com a parceria do Instituto Paulo Montenegro (IPM), braço social do Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) que desenvolveu junto com o CIEDS a capacitação “PerguntAção”: Metodologia participativa de consultas de opinião.

O levantamento dos dados ocorreu por meio de entrevistas pessoais e as perguntas da consulta foram formuladas pelo próprio grupo de pesquisadores. Foram consultadas 533 pessoas de Búzios, em nove bairros da cidade (Cem Braças, Centro, Cruzeiro, Geribá, José Gonçalves, Manguinhos, Rasa, Tucuns e Vila Verde), em um período de aproximadamente um mês.

Para o grupo de atuação, uma cidade inteligente deve ser urbanizada e segura, ter calçadas, ciclovias, saneamento básico, lixeiras e postos de coleta seletiva, utilizar energias sustentáveis, promover o turismo ecológico e não ter problemas com trânsito. Uma cidade inteligente é uma cidade para todos e feita por todos.

Os dados obtidos na pesquisa serviram como subsídios para alimentar as discussões na Rede, lançada oficialmente em 18 de Abril de 2013. As reuniões seguintes serviram para

consolidar o grupo de entidades e para definir o modelo de governança, incluindo a definição coletiva de sua Missão e Visão, estruturadas da seguinte forma:

- **MISSÃO:** Articular setores e organizações comprometidas com a transformação social para promover, através de ações, a integração e a formação da Rede a fim de consolidar Búzios como Cidade Inteligente.
- **VISÃO:** Ser uma Rede de Relacionamento Sustentável em atividade contínua por mais qualidade de vida.

Uma vez definidas a Missão e a Visão o passo seguinte foi definir quais seriam as Câmaras Técnicas da Rede e quais entidades participariam de qual Câmara. Em setembro de 2013 o coletivo de entidades escolheu os temas das seis Câmaras, a saber:

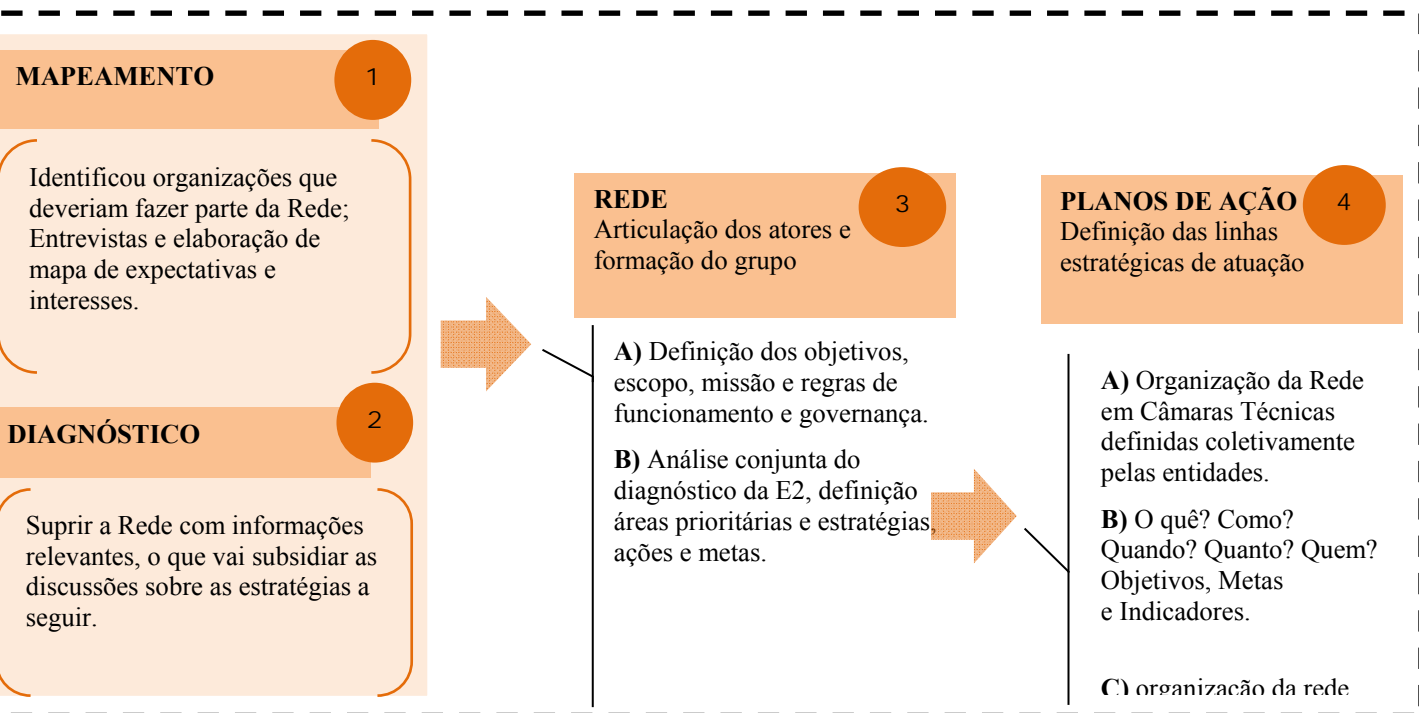
- a) Meio Ambiente
- b) Turismo e Atividades Econômicas
- c) Qualificação e Geração de Renda
- d) Projetos Sociais, Educacionais e Culturais
- e) Serviços Públicos, Fiscalização e Transparência
- f) Energia e Cidade Inteligente

Essas câmaras técnicas passaram a se reunir ao menos uma vez a cada mês para estudar os resultados do diagnóstico e produzir seus Planos de Ação contendo objetivos, oportunidades, problemas e, metas específicas a serem alcançadas, estratégias, meios de implementação das ações, indicadores, atribuição de responsabilidades, tempo de execução das ações, além ações prioritárias para resolver problemas emergenciais (de curto prazo) e outras estruturantes (de médio e longo prazos), visando à construção do cenário futuro desejado coletivamente.

A construção e execução das ações contidas em cada Plano de Ação parte da condição de interação e cooperação entre os diferentes atores sociais em torno de um objetivo comum, incluindo reflexões coletivas, ações autogestionadas, fomento à revisão de comportamentos e atitudes.

Cada câmara técnica possui o seu foco de atuação, mas todas caminham na mesma direção, identificação de potenciais de complementariedade, visando à construção de uma cidade inteligente rumo à sustentabilidade, à prosperidade e à felicidade de todos.

Figura 4 - Etapas de formação da Rede



RESULTADOS

Para além dos Planos de Ação, que aos poucos resultam em ações concretas e que, de fato, deverão ser intensificadas a partir de março de 2014, um resultado significativo foi reunir entidades que conjugam das mesmas ambições, mas que antes não se encontravam para dialogar coletivamente, sendo esta interação entre os indivíduos residentes no território uma condição para a consolidação de uma cidade inteligente.

As ações propostas em cada Câmara são oriundas do processo democrático de decisão de prioridades por parte das entidades que compõe a Rede. As ações eleitas possuem graus de impacto na sociedade bastante diversificados, variam entre curto, médio e longo prazo e uma parte reduzida necessitará de apoio financeiro de parceiros para que possam ser executadas.

Postas essas observações, é inegável que o resultado, qual seja a formulação de propostas e a integração institucional por um bem comunitário comum, apresenta-se como bastante promissor, considerando inclusive a sustentabilidade da Rede, após o encerramento da moderação por parte do CIEDS e da Ampla.

Abaixo, apresenta-se o objetivo geral de cada uma das Câmaras e os principais eixos de atuação.

Câmara Técnica de Meio Ambiente

Objetivo Geral: Promover ações que causem impactos positivos ao meio ambiente de toda cidade, além de prevenir os negativos, contribuindo assim para a conservação e preservação dos ecossistemas ainda existentes.

1. Combater à poluição nos canais, córregos, lagoas ou similar, visando à melhoria da qualidade das águas.
2. Estimular a valorização e promoção de melhores condições para a Maricultura buziana.
3. Promover ações que viabilizem a criação de novas Trilhas Ecológicas e potencializem as já existentes no território de Búzios.
4. Estimular e cobrar dos órgãos públicos, maiores investimentos em relação à Coleta Seletiva.
5. Promover ações de Educação Ambiental e apoiar as iniciativas já existentes.

Câmara Técnica de Turismo e Atividades Econômicas

Objetivo Geral: Integração dos turistas, cidades e entidades, com ações planejadas e de excelência, sempre com o objetivo de oferecer um serviço de qualidade decorrente de nossa vocação turística.

1. Fomentar campanha educacional para população e turistas na cidade.
2. Estimular à valorização dos Guias Turísticos residentes em Búzios.
3. Cobrar acompanhamento do fluxo de ônibus, motoristas e guias que chegam e saem da cidade.

Câmara Técnica de Projetos Sociais, Culturais e Educacionais

Objetivo Geral: Ajudar as entidades que compõem a Rede e outras da cidade a formatar e desenvolver projetos que envolvam as áreas sociais, educacionais e culturas com apoio na busca por recursos para realizá-los.

1. Fomentar a criação de um Núcleo de projetos.
2. Fomentar a implementação da educação integral no município.
3. Dar visibilidade a projetos na área da educação que são referências pedagógicas.
4. Realizar formação em desenvolvimento de projetos e captação de recursos.

Câmara Técnica de Qualificação e Geração de Renda

Objetivo Geral: Contribuir para divulgação maciça das oportunidades de qualificação já oferecidas no município e buscar parcerias que ampliem as possibilidades para a população em áreas diversas como artesanato, turismo, cadeia de petróleo/gás e outros.

1. Fomentar cursos de capacitação.
2. Estudar e atuar junto a Secretaria de Trabalho na relação empregado x empregador.
3. Estimular a criação de produtos locais e meios de escoar a produção.

Câmara Técnica de Serviços Públicos, Transparência e Fiscalização

Objetivo Geral: Propor ações de melhorias, tanto para o poder público como para a população, preenchendo as lacunas presentes na sociedade. Cobrar eficiência dos serviços públicos, de forma direta ou indireta, tendo como objetivo a melhoria contínua dos serviços.

1. Transporte público de qualidade.
2. Sensibilização da Guarda Municipal em relação ao trânsito.
3. Iluminação Pública.
4. Limpeza da cidade.
5. Fomentar a realização de um Fórum sobre Educação.

Câmara Técnica de Energia e Cidade Inteligente

Objetivo Geral: Ser um espaço propício para compartilhar e debater com as entidades da Rede todas as informações pertinentes a implementação do Programa Cidade Inteligente e a outras ações desenvolvidas pela Ampla no município.

1. Divulgação das ações do Programa Cidade Inteligente.
2. Construção de identidade visual e ferramenta de comunicação da Rede.
3. Ser um canal de comunicação para fortalecer a troca de informações relacionadas ao negócio da empresa, como fornecimento de energia, ações e projetos desenvolvidos pela Ampla em Búzios.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos na experiência de Búzios corroboram a expectativa de que o viés social, mais especificamente de fortalecimento do capital social por meio da articulação e integração entre os atores locais, seja definitivamente considerado pela literatura especializada como condição estruturante para consolidação de uma Cidade verdadeiramente inteligente e sustentável, de forma complementar aos usuais investimentos tecnológicos.

As etapas iniciais para formação da Rede foram fundamentais para alimentar o debate qualificado entre as entidades no momento de criação e durante as reuniões das Câmaras Técnicas, garantindo assim a coerência e coesão das ações propostas.

O estágio atual é de colocar em prática o que foi programado nos Planos de Ação. Ao mesmo tempo em que se configura como um momento fecundo, pois as entidades, que antes não se encontravam para dialogar coletivamente, já conseguem enxergar sinergias entre si, fruto de um processo de trabalho articulado e integrado, trata-se de um momento chave para manter estas mesmas entidades mobilizadas e entusiasmadas, o que só acontecerá se as ações começarem a ser executadas com êxito.

Vislumbrando este cenário, para que os resultados já obtidos sejam duradouros, faz-se necessário o fomento permanente da articulação entre os membros da Rede, sem deixar de reconhecer e respeitar seus perfis e características distintas. Será o exercício de empoderamento destas entidades e a continuidade de sua atuação em Rede, inclusive para além da atuação do CIEDS e da Ampla, o que irá potencializar, dar sentido e visibilidade a todos os investimentos realizados no território.

Ressalte-se que caminhar sobre estes temas é desafiante, pois ainda guardam entre si muitas tensões, retóricas, práticas contraditórias e ideologias. Contudo é sob a égide dessa discussão, que se abrem as portas para uma nova era de transformação e mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Marcos. Redes que tecem Democracia e Liberdade. Publicado em 29 de julho de 2005 no Fórum Brasileiro de Economia Solidária – www.fbes.org.br.

BAQUERO, Marcello. Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero exclusão e capital social. Porto Alegre. UFRGS, 2001 p. 19-49.

CASTELLS, Manuel. La Ciudad de la nueva economía. La Factoría, (12), Junio-Septiembre, sem paginação, 2000.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

DUPAS, Gilberto. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. Estud. av., São Paulo, v. 12, n. 33, Aug. 1998.

FLORIDA, Richard. Towards the learning region. Futures, Vol. 27, N°5, p. 527-536, 1995.

KOMNINOS, Nicos. Intelligent cities: innovation, knowledge systems and digital spaces. Spon Press, Londres, 2002.

KOMNINOS, Nicos. The architecture of intelligent cities: Integrating human, collective and artificial intelligence to enhance knowledge and innovation. 2nd International Conference on Intelligent Environments, Athens, 5-6 jul. 2006. p. 1.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clovis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

MARIANO, F. A. M., A intercessão de tendências de práticas de avaliação de projetos sociais nos três setores da economia. 2011. 161 p. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão – Escola de Engenharia. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011.

PUTNAM, Robert. Making Democracy Work: Civic Tradition in Modern Italy. Princeton University Press. Princeton, 1993.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 25, Dec. 1995.

SASSEN, Saskia. The Global City: New York, London, Tokyo. Routledge, Nova Iorque, 2001.

SERRANO, A., GONÇALVES, F. e NETO, P. (2005) Cidades e Territórios do Conhecimento – Um novo referencial para a competitividade. Edições Sílabo, Lisboa.

STRAPAZZON, Carlos Luiz. Convergência tecnológica nas políticas urbanas: pequenas e médias “cidades inteligentes”. R. Jurídica, Curitiba, n. 22, Temática n. 6, p. 89-108, 2009.